

INDICADORES

JUROS
TBF: 0,8321% a.m.
TJLP: 6% a.a.
Selic: 10,75% a.a.

INFLAÇÃO
IPCA-IBGE: 0,43% a.m.
IGP-M: 0,15% a.m.

CRÉDITO
Cap. giro: 21,34% a.a.
Desc. Duplic.: 2,10% a.m.

CREDINDÚSTRIA
Desc. Recebíveis a partir de 1,87% a.m.
Desc. Duplic.: a partir de 2,08% a.m.
Cheque Especial a partir de 3,99% a.m.
Capital de Giro a partir de 2,38% a.m.
Capital de Giro Real a partir de 1,36% a.m.

CUB/DF
Residencial: R\$ 803,70
Comercial: R\$ 890,14
Galpão: R\$ 410,10

DÓLAR Comercial
Compra: 1,7510
Venda: 1,7530

Turismo
Compra: 1,7330
Venda: 1,8630

EURO BC
Compra: 2,25040
Venda: 2,25180

Turismo
Compra: 2,2470
Venda: 2,3830

TAXAS
TR: 0,1113% a.m.
Poupança: 0,6128% a.m.

IBOVESPA 0,08%

PAGTO/IMPOSTOS
Agosto/dias: 01
INSS/empresa: 10
Simples: 25
PIS/PASEP/Cofins: 15
INSS/Individual: 20
ICMS: 25
IPI: 25
IRPJ: 31

Quinta Musical

Confira hoje

Show com a dupla sertaneja Marcelo Paiva e Santiago

Às 20h, entrada franca
(Classificação: livre)

Realização:
CENTRO CULTURAL SESI
SESI
BRASILIA

População considera carga tributária alta

MTE altera prazo para aderir ao novo ponto

Os empresários de todo o País terão mais tempo para se adaptar à nova regulamentação do Registro de Ponto Eletrônico. Segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego, será publicada hoje portaria no Diário Oficial da União que amplia este prazo para o dia 1º de março de 2011. A data inicial de vigência estava prevista para o próximo dia 26, mas estudo da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) mostrou que poderia haver falta de equipamentos para atender à nova regulamentação. Segundo estudo, a média mensal de relógios eletrônicos de ponto produzidos no Brasil é de 184 mil, contudo, pelo menos 700 mil empresas têm que se adequar às novas regras.

Gasto com empresas estrangeiras cresce 517%

O dinheiro gasto por companhias brasileiras na compra de empresas estrangeiras no primeiro semestre de 2010 cresceu 517%, passando de R\$ 6,4 bilhões na primeira metade de 2009 para R\$ 39,5 bilhões. Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o valor é o maior já registrado num primeiro semestre desde 2006, quando teve início o levantamento, e representa 46,6% do total movimentado por fusões e aquisições de janeiro a junho no Brasil –R\$ 84,8 bilhões, também maior volume dos últimos cinco anos.

DF tem 2,54% de cheques devolvidos

O número de cheques devolvidos por falta de fundos recuou 26,9% no ano na comparação com o mesmo período do ano passado, segundo a Serasa. No período de janeiro a julho, 1,86% dos mais de 650 milhões de folhas emitidas não tinham saldo suficiente, ante 2,29% registrados nos sete primeiros meses de 2009. Em julho, a instituição apontou que 1,74% dos cheques emitidos não tinham fundos. Entre as regiões, o DF aparece em 17º lugar, com 2,54% dos cheques devolvidos de janeiro a julho deste ano.

Clima econômico na AL é o melhor em 12 anos

O Índice de Clima Econômico (ICE) da América Latina atingiu em julho o melhor patamar - 6 pontos - dos últimos 12 anos. O resultado perde apenas para o desempenho de outubro de 1997, quando o índice atingiu 6,3 pontos. Segundo levantamento, o Brasil permanece com o segundo melhor clima econômico entre os países da América Latina, ao subir 7 pontos para 7,4 pontos de abril para julho, perdendo apenas para o Peru, que ocupa a primeira posição. A informação é da FGV.

Vendas de material de construção sobem 18%

As vendas internas de material de construção cresceram 18,1% nos sete primeiros meses do ano, ante o mesmo período de 2009, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Em julho, houve alta de 9,43% na comparação com o mesmo mês de 2009. Em relação a junho deste ano, houve aumento de 1,15%. Ainda segundo a entidade, o setor deverá encerrar o ano com alta de 15% nas vendas ante 2009.

Veículos importados 150%

É o crescimento das vendas de janeiro a julho deste ano

Fonte: Abeiva

A carga tributária é considerada elevada para 97,1% da população brasileira residente nas seis principais regiões metropolitanas do País, quando comparada com a qualidade dos serviços prestados pelo governo no Brasil, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Sem essa comparação, 95,6% das pessoas consideram a carga tributária brasileira alta ou muito alta, enquanto 89,2% acreditam que a redução dos tributos traria melhorias para a população. Numa eventual redução da carga tributária, os entrevistados citaram como maiores benefícios o aumento de renda (55,7%), aumento de consumo (32,9%), redução de preços (29,3%) e aumento da oferta de empregos no País (26,2%). Mesmo assim, os entrevistados também ponderam: caso houvesse uma eventual redução da carga, 69,9% acreditam que poderiam faltar recursos para os investimentos públicos. O levantamento também apurou quais impostos, taxas e contribuições os brasileiros conhecem. O IPTU aparece em primeiro (65,3%), seguido de IPVA (44,2%), Imposto de Renda (43,5%) e a contribuição para o INSS (42,4%). Os menos conhecidos são o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), com 1,7%, e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), com 1%. Mais detalhes no site: www.firjan.org.br

Frase do Dia

A conta é simples: iria faltar equipamentos [para o novo ponto] no mercado, e poderíamos sofrer ações judiciais das empresas, com toda a razão, dizendo que não tinham o equipamento disponível, e por isso não poderiam ser multados

Carlos Lupi,
ministro do Trabalho e Emprego